



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO 2025



SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------|----|
| INTRODUÇÃO | 3 |
| METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO | 3 |
| RESULTADOS E DISCUSSÕES | 4 |
| CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES..... | 26 |

INTRODUÇÃO

Este relatório consolida a avaliação dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) sob regulação da ARIS-MG, em cumprimento à Resolução ANA nº 192/2024, apresentando a análise realizada e a lista final de municípios regulados que possuem planos de saneamento básico atualizados, aprovados pelo respectivo titular, contemplando, no mínimo, os quatro indicadores de universalização dos serviços: IAA, ICA, IAE e ICE.

A universalização do acesso à água e ao esgotamento sanitário, reforçada pela Lei nº 11.445/2007 (alterada pela Lei nº 14.026/2020), requer PMSBs atualizados, com metas mensuráveis e indicadores aderentes às NRs da ANA. Em particular, a NR nº 08/2024 fixa metas de cobertura e atendimento e padroniza os indicadores de acesso, que devem ser observados e monitorados por município.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O levantamento das informações se baseou nos documentos e arquivos disponibilizados pelos municípios à ARIS-MG e contou com o apoio de ferramentas de Inteligência Artificial para tratamento e sistematização dos dados. Esclarecemos, assim, que eventuais divergências ou informações desatualizadas identificadas pelos municípios deverão ser comunicadas formalmente à ARIS-MG.

A ARIS-MG realizou uma avaliação prévia e enviou aos municípios para conferência das análises e manifestação em caso de desacordo com os resultados apurados.

Abaixo seguem os itens verificados, onde a ARIS-MG expandiu as informações solicitadas pela ANA para consolidar a análise e ter em mãos um diagnóstico mais completo sobre a situação dos municípios regulados.

Item verificados

- 1 - Existência de Plano Formalizado por Lei
- 2 - Vigência e Adequação Geral do Plano
- 3 - Existência de conselho municipal de Saneamento
- 4 - Existência de um fundo municipal para Saneamento
- 5 - Diagnóstico Completo: O plano contém um diagnóstico detalhado da situação do saneamento no município?
- 6 - Programas e Ações: O PMSB estabelece programas, projetos e ações necessárias para atingir as metas?
- 7 - Contingência e Emergência: O plano possui planos de contingência e emergência para situações imprevistas?
- 8 - Avaliação Sistemática: O plano prevê mecanismos para avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas?

9 - Metas de Universalização (NR 8): O PMSB estabelece metas progressivas e anuais para os indicadores de universalização, visando atingir as metas finais até 31 de dezembro de 2033?

10 - Metas de Qualidade e Eficiência (NR 9): O PMSB estabelece metas progressivas e anuais para os demais indicadores operacionais de Nível I?

11 - Características das Metas: As metas definidas são anuais, específicas, progressivas, exequíveis, mensuráveis e comparáveis?

12 - Abrangência Territorial Total: As metas e o diagnóstico do PMSB abrangem todo o território municipal, incluindo áreas urbanas e rurais?

13 - Contabilização de Soluções Alternativas: O plano considera e contabiliza as soluções alternativas (individuais ou coletivas) de água e esgoto em locais onde não há rede pública disponível?

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As análises evidenciam situações recorrentes como: ausência de ato formal de aprovação em parte dos municípios; planos defasados (elaborados antes de 2016 e sem revisão posterior); e necessidade de atualização para adequação às exigências da NR-08/2024. Documentos analisados incluem planos com mais de 10 anos sem revisão e casos com ato ausente ou revisão não evidenciada.

Em parcela significativa dos PMSBs analisados, as metas não são anuais e progressivas até 2033, nem discriminam de forma completa os percentuais finais exigidos (água 99% e esgoto 90%, por município), indicando aderência parcial ou inexistente. Essa lacuna aparece de forma repetida nas análises críticas por município.

Há inconsistência na adoção e, sobretudo, no detalhamento de cálculo dos indicadores (fórmulas, variáveis e fontes). Em diversos casos o PMSB menciona indicadores sem explicar como serão calculados e de onde virão os dados — o que dificulta o monitoramento e a comparabilidade ao longo do horizonte.

As tabelas registram variações de maturidade: alguns municípios preveem monitoramento, porém sem metodologia/ciclo definidos enquanto outros trazem mecanismos de monitoramento formais. Recomenda-se uniformizar rotinas de avaliação anual e revisões periódicas (ex.: quadrienais), atreladas a fontes de financiamento e a planos de contingência.

| Existência de Plano Formalizado por Lei | |
|---|---|
| Localizar o tipo de instrumento de formalização do PMSB e qual o número do instrumento. | |
| MUNICÍPIO | ANÁLISE |
| ABRE CAMPO | Lei nº 1.487/2015 |
| ACAIACA | Lei nº 712/2016 |
| AIMORÉS | Lei Municipal nº 2.435/2013 aprova o PMSB |

| | |
|-------------------------|--|
| BRÁS PIRES | Projeto de Lei nº 34/2022 apresentado, mas não localizada a Lei aprovada. |
| CARANAÍBA | O PMSB foi aprovado pela Lei Municipal Nº 1.005/2024. |
| CARANGOLA | Lei Municipal nº 5.040/2018 (aprovado em 06/03/2018) |
| CHALÉ | Lei Ordinária nº 1.113/2024, publicada em 10/12/2024. |
| CONSELHEIRO PENA | Lei Municipal nº 2.353, de 06/03/2017 |
| GOVERNADOR VALADARES | Lei Complementar 206/2015 |
| IPANEMA | Lei Municipal nº 482/2015 |
| ITAMBACURI | Lei nº 933/2021, 01/09/2021 |
| JAMPRUCA | PMSB elaborado, minuta de lei apresentada, mas não há comprovação da sanção/publicação da lei. |
| JECEABA | Lei Complementar nº 936/2015 |
| JEQUERI | Aprovado por decreto, mas número não localizado |
| LAJINHA | Lei 1.540/2017 |
| LIMA DUARTE | Lei Ordinária nº 1.792/2015 aprova o PMSB e seus anexos |
| MANHUAÇU | Sim – Lei Municipal nº 3.558/2015 aprova o PMSB. Atualizada pela Lei 3.691/2017 |
| MANHUMIRIM | Lei Municipal nº 1.679/2017 formaliza o PMSB |
| MARIANA | Lei Complementar nº 151/2015 |
| MURIAÉ | Regulamentado por decreto, não lei. |
| ORATÓRIOS | Lei Municipal nº 482/2015, de 10/11/2015. |
| PIRACEMA | Minuta apresentada, sem confirmação de aprovação |
| POCRANE | Lei nº 1.201/2016 e Lei nº 1.402/2022 |
| PONTE NOVA | Lei Municipal nº 4.086/2016 |
| RAUL SOARES | Lei nº 2.275/2015 |
| RECREIO | Lei nº 1.644/2017, PMSB Versão Final |
| REDUTO | Ausência do documento legal que aprove formalmente o PMSB. |
| SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA | Lei Municipal nº 1.064/2013 (original) e Lei nº 1.395/2024 (revisão/atualização) |
| SENADOR FIRMINO | Lei nº 1292/2015 formaliza o PMSB. |
| TAPARUBA | Lei nº 522/2016 |
| TOCANTINS | Lei Municipal nº 747/2023, publicada em 12/06/2023 |
| TOMBOS | Lei Ordinária Nº 1.630/2015, aprova formalmente o PMSB. |
| VERMELHO NOVO | Lei nº 468/2017, de 24/04/2017 |
| VIÇOSA | Lei Ordinária 2452/2014 |

Observa-se heterogeneidade na formalização jurídica: parte dos municípios tem aprovação clara por lei municipal (com número e data), outros trazem apenas decreto ou minuta/PL sem comprovação de sanção, e há casos sem qualquer referência ao ato normativo. Essa dispersão fragiliza a segurança jurídica do PMSB e dificulta sua exigibilidade, pois o instrumento adequado é a lei; recomenda-se

regularização prioritária dos casos com decreto/minuta e a consolidação documental (número, data e link do ato) para todos os municípios.

| Vigência e Adequação Geral do Plano | |
|---|--|
| Garantir que o PMSB ainda está vigente e sem metas defasadas. Especificar as datas de elaboração e os períodos para revisão. | |
| MUNICÍPIO | ANÁLISE |
| ABRE CAMPO | Plano vigente, mas não revisado no prazo quadrienal previsto (última revisão de 2015) |
| ACAIACA | Plano vigente, mas desatualizado frente à NR 08/2024; sem previsão explícita de revisão. |
| AIMORÉS | Plano de 2013, desatualizado (>10 anos), fora do ciclo de revisão e sem metas atuais |
| BRÁS PIRES | Base do PMSB de 2015 (resíduos 2017), sem revisões registradas e sem cláusula de revisão periódica. |
| CARANAÍBA | O plano base foi concluído em 2016 e nunca foi revisado. As metas e o diagnóstico estão, portanto, defasados. |
| CARANGOLA | Plano elaborado em 2014, aprovado em 2018; revisão obrigatória (4 anos) não foi realizada, plano está defasado |
| CHALÉ | Plano vigente, horizonte de 10 anos, revisão obrigatória. |
| CONSELHEIRO PENA | Plano elaborado em 2015/2016 e formalizado em 2017. Não há calendário de revisão explícito. Plano encontra-se defasado frente à NR08/2024. |
| GOVERNADOR VALADARES | Defasado, de 2015, sem revisão. |
| IPANEMA | Vigente, mas desatualizado frente à NR 8 e NR 9 |
| ITAMBACURI | Sim, vigente e com previsão de revisão |
| JAMPRUCA | Elaborado em 2016, sem previsão formal de revisão, metas e diagnóstico defasados. |
| JECEABA | Última revisão em 2015; exigido revisão em 2019 e 2023 |
| JEQUERI | Elaborado em 2014, sem revisão periódica documentada, encontra-se defasado |
| LAJINHA | Vigente, mas sem revisões periódicas desde 2017 |
| LIMA DUARTE | Revisão obrigatória a cada 4 anos (Art. 18 da Lei), próxima revisão para 2025 |
| MANHUAÇU | Última versão de 2015; revisão prevista a cada 4 anos não ocorreu. |
| MANHUMIRIM | Última formalização em 2017; revisão periódica (>4 anos) não realizada |
| MARIANA | Elaborado em 2014/2015, nunca revisado. Necessária atualização para NR08/2024 e NR09/2024 |
| MURIAÉ | Revisado em 2020; revisão periódica precisa ser formalizada. |

| | |
|-------------------------|--|
| ORATÓRIOS | Revisão obrigatória prevista a cada 4 anos não realizada desde 2019. Metas não atualizadas às Normas de Referência da ANA. |
| PIRACEMA | Elaboração em 2019; revisão não evidenciada. Defasado; não atende NR08/2024 e metas até 2033 |
| POCRANE | Vigente e revisado em 2022 |
| PONTE NOVA | Plano de 2014, sem revisão e metas desatualizadas |
| RAUL SOARES | Plano de 2014. Já está defasado para as novas normas e revisão obrigatória |
| RECREIO | Vigente e aderente à lei local, mas deve revisar para NR08/NR09 |
| REDUTO | Plano elaborado em 2014, com dados e metas desatualizados. |
| SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA | Revisão recente em 2024, dentro da vigência e exigências legais |
| SENADOR FIRMINO | Elaborado em 2014/15, sem revisão, precisa adequação à NR08/2024 e atualização de metas e indicadores. |
| TAPARUBA | Vigente, mas não adequação à NR08/24 |
| TOCANTINS | Vigente (2023–2043), revisão prevista a cada 4 anos e avaliação anual |
| TOMBOS | Dados e metas defasados (2014/2015), ausência de previsão formal de revisão periódica e sem alinhamento à NR08/2033. |
| VERMELHO NOVO | Plano de 2017, revisão quadrienal prevista; não há comprovação de atualização |
| VIÇOSA | Metas de curto/médio prazo defasadas; revisão não localizada após 2015 |

Prevalece quadro de desatualização: planos com base 2013–2016 sem revisão posterior, horizonte vencido e metas/diagnóstico defasados frente às NRs de 2024. Mesmo onde há revisão pontual, muitas vezes o ciclo quadrienal não está formalizado ou não foi cumprido. Urge estabelecer calendário de revisões periódicas (ex.: a cada 4 anos), com ato formal que revalide o plano e atualize diagnóstico, metas e anexos metodológicos.

| Existência de conselho municipal de Saneamento | |
|--|--|
| O conselho foi contituído com atribuições específicas de saneamento básico? | |
| MUNICÍPIO | ANÁLISE |
| ABRE CAMPO | Não há conselho exclusivo. Controle social exercido via CODEMA, com participação limitada. |
| ACAIACA | Há comitês temporários, mas falta conselho permanente institucionalizado. |
| AIMORÉS | Não comprovada a existência de conselho específico no PMSB analisado |

| | |
|----------------------|---|
| BRÁS PIRES | Não localizado conselho instituído com atribuições específicas. |
| CARANAÍBA | O município declarou não possuir um Conselho Municipal de Saneamento Básico. É necessária a criação e implementação de um conselho com atribuições específicas para o saneamento, garantindo o controle social. |
| CARANGOLA | Não há conselho específico para saneamento; apenas participação em audiências públicas |
| CHALÉ | Não foi localizado Conselho formalizado ou citado no PMSB. |
| CONSELHEIRO PENA | Não identificado conselho formal e atuante com atribuições específicas no setor. |
| GOVERNADOR VALADARES | Criado pela Lei 206/2015 |
| IPANEMA | Sim – Conselho formal e permanente, com composição e regimento próprio |
| ITAMBACURI | Não, existe apenas Comitê Técnico |
| JAMPRUCA | Não existe conselho municipal formalizado, apenas comitês temporários para elaboração do PMSB. |
| JECEABA | Previsto em lei, mas não comprovada a instituição do conselho |
| JEQUERI | Não informado conselho formal com atribuição específica |
| LAJINHA | Não informado conselho formal com atribuição específica |
| LIMA DUARTE | Previsto na Lei nº 1.792/2015, precisa recomposição/atualização |
| MANHUAÇU | Sim, instituído – Lei 3.444/2014 e reforçado em 3.558/2015 e 3.691/2017. |
| MANHUMIRIM | Previsto no PMSB, mas sem comprovação documental formal |
| MARIANA | Declarado pelo município, mas sem comprovação documental no PMSB |
| MURIAÉ | Existe o COMSUR, formalizado. |
| ORATÓRIOS | Previsto na Lei, mas não comprovada sua efetiva constituição e funcionamento. |
| PIRACEMA | Apenas conselho ambiental (CODEMA), sem atribuições exclusivas de saneamento |
| POCRANE | Comitê de Coordenação e Executivo |
| PONTE NOVA | Não informado conselho formal com atribuição específica |
| RAUL SOARES | Informado via SNIS; falta ato formal e regulamento |
| RECREIO | Participação prevista, mas não há conselho formal/permanente |
| REDUTO | Só há comitês temporários; falta conselho permanente. |

| | |
|-------------------------|--|
| SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA | Não há formalização de conselho municipal específico |
| SENADOR FIRMINO | Proposto, mas não institucionalizado (sem lei/decreto ou registro da criação do conselho). |
| TAPARUBA | Apenas comitês temporários; faltando conselho permanente |
| TOCANTINS | Não há instituição formalizada com atribuições exclusivas |
| TOMBOS | Não foi identificado conselho municipal específico e permanente para o saneamento. |
| VERMELHO NOVO | CODEMA atua como conselho consultivo, mas não exclusivo de saneamento |
| VIÇOSA | Previsto no PMSB, com atribuições específicas |

Há conselho específico ausente em vários municípios ou substituído por colegiados ambientais (p.ex., CODEMA) sem atribuições exclusivas de saneamento. Onde o conselho existe, nem sempre há comprovação de instituição/posse ou o PMSB não descreve seu papel no controle social do plano. Recomenda-se instituir/regularizar conselhos com competência explícita em saneamento, prevendo agenda de acompanhamento do PMSB.

| Existência de um fundo municipal para Saneamento | |
|--|--|
| Foi constituído fundo municipal de Saneamento básico? | |
| MUNICÍPIO | ANÁLISE |
| ABRE CAMPO | Não instituído nem mencionado. |
| ACAIACA | Ausente. Nenhuma menção à criação ou operação de fundo municipal específico. |
| AIMORÉS | Não há menção formal ao fundo |
| BRÁS PIRES | Previsto em Projeto de Lei, não comprovada constituição/funcionamento. |
| CARANAÍBA | A Lei Nº 1.005/2024 instituiu o Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB), mas o município não informou possuir o fundo. |
| CARANGOLA | Não foi instituído fundo específico para saneamento básico |
| CHALÉ | Não consta criação de fundo municipal específico. |
| CONSELHEIRO PENA | Não existe fundo municipal formalizado. |
| GOVERNADOR VALADARES | Não identificado |
| IPANEMA | Sim – Fundo Especial formalizado desde 2004, atualizado em 2010 |
| ITAMBACURI | Não identificado |
| JAMPRUCA | Não há fundo municipal instituído. |
| JECEABA | Não há menção à criação/regulamentação |
| JEQUERI | Ausente. Nenhuma menção à criação ou operação de fundo municipal específico. |

| | |
|-------------------------|---|
| LAJINHA | Ausente. Nenhuma menção à criação ou operação de fundo municipal específico. |
| LIMA DUARTE | Previsto na Lei nº 1661/2011, vinculado ao DEMAÉ, mas sem comprovação de operação |
| MANHUAÇU | Sim, instituído – Lei 3.691/2017 (arts. 31-34) e 3.444/2014. |
| MANHUMIRIM | Ausente. Nenhuma menção à criação ou operação de fundo municipal específico. |
| MARIANA | Declarado pelo município, sem documentação comprobatória no PMSB |
| MURIAÉ | Não há menção a fundo específico. |
| ORATÓRIOS | Ausente. Nenhuma menção à criação ou operação de fundo municipal específico. |
| PIRACEMA | Ausente no PMSB |
| POCRANE | Previsto, mas sem comprovação de funcionamento |
| PONTE NOVA | Não informado fundo específico |
| RAUL SOARES | Não informado fundo específico |
| RECREIO | Não informado fundo específico |
| REDUTO | Não há fundo instituído; só referências genéricas a fontes externas. |
| SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA | Não há fundo municipal de saneamento formalizado |
| SENADOR FIRMINO | Não há comprovação de fundo formalizado. |
| TAPARUBA | Não há menção à criação/regulamentação |
| TOCANTINS | Previsto, mas sem comprovação de funcionamento |
| TOMBOS | Não há fundo municipal constituído ou previsto em lei ou regulamento. |
| VERMELHO NOVO | Não há fundo instituído para saneamento |
| VIÇOSA | Previsto, mas sem comprovação de funcionamento |

Predomina inexistência ou menção genérica a fontes orçamentárias, sem Fundo Municipal de Saneamento constituído e operacional. A ausência do fundo enfraquece a sustentabilidade financeira do plano e a rastreabilidade de gastos. Municípios devem priorizar a criação/regulamentação do fundo, com regras de ingresso/saída de recursos, governança e vinculação às metas do PMSB.

| | |
|---|--|
| Diagnóstico Completo: O plano contém um diagnóstico detalhado da situação do saneamento no município? | |
| Isso deve incluir indicadores de saúde, meio ambiente, hidrologia, socioeconomia e a identificação das causas das deficiências nos serviços. | |
| MUNICÍPIO | ANÁLISE |
| ABRE CAMPO | Presente, mas desatualizado (dados de 2014/2015) |
| ACAIACA | Abrange saúde, meio ambiente, socioeconomia, causas das deficiências, etc. |

| | |
|-------------------------|---|
| AIMORÉS | Abrange setores, mas requer atualização e maior detalhamento conforme normas atuais |
| BRÁS PIRES | Apresenta diagnóstico abrangente e detalhado. |
| CARANAÍBA | O plano possui um diagnóstico, mas este foi elaborado com dados de 2016 e anos anteriores. |
| CARANGOLA | Diagnóstico abrangente para época da elaboração, mas necessita atualização de dados |
| CHALÉ | Diagnóstico abrangente: saúde, meio ambiente, socioeconomia, causas das deficiências. |
| CONSELHEIRO PENA | Diagnóstico completo, abrangendo saúde, meio ambiente, hidrologia, socioeconomia e causas das deficiências. |
| GOVERNADOR VALADARES | Diagnóstico dos 4 componentes e indicadores |
| IPANEMA | Sim, diagnóstico completo e detalhado |
| ITAMBACURI | Sim, diagnóstico detalhado. |
| JAMPRUCA | Diagnóstico detalhado, mas dados desatualizados (2010-2015). |
| JECEABA | Constam nos produtos técnicos e relatórios |
| JEQUERI | Abrange todos os sistemas e distritos |
| LAJINHA | Sim, detalhado e atualizado à época. |
| LIMA DUARTE | Abrange todos os componentes, urbano/rural, causas e indicadores |
| MANHUAÇU | Sim, contemplado – Produto P3 e Relatório Final. Indicadores de saúde, ambiente, causas das deficiências. |
| MANHUMIRIM | Diagnóstico detalhado, abrangendo aspectos técnicos e sociais |
| MARIANA | Diagnóstico técnico, institucional, ambiental e socioeconômico completo, porém defasado |
| MURIAÉ | Diagnóstico setorial detalhado, abrangendo saúde, meio ambiente, hidrologia e socioeconomia. Amplo e detalhado. |
| ORATÓRIOS | Diagnóstico técnico-participativo abrangente e multidisciplinar. |
| PIRACEMA | Diagnóstico detalhado, participativo e multidisciplinar |
| POCRANE | Sim, diagnóstico detalhado. |
| PONTE NOVA | Diagnóstico abrangente em todos os eixos |
| RAUL SOARES | Sim, diagnóstico detalhado. |
| RECREIO | Diagnóstico recente e abrangente |
| REDUTO | Diagnóstico completo, mas com base em dados de 2014. |
| SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA | Diagnóstico detalhado e participativo |
| SENADOR FIRMINO | Diagnóstico detalhado e abrangente. |
| TAPARUBA | Diagnóstico detalhado, conforme legislação |

| | |
|---------------|---|
| TOCANTINS | Abrange saúde, meio ambiente, hidrologia, socioeconomia e causas das deficiências |
| TOMBOS | Abrangente, cobre todos os componentes, com dados, causas e recomendações. |
| VERMELHO NOVO | Diagnóstico técnico-participativo detalhado nos documentos |
| VIÇOSA | Diagnóstico detalhado, mas com dados de 2014/2015; necessita atualização |

Muitos PMSBs apresentam diagnóstico parcial: costumam descrever o panorama de água e esgoto, mas com dados desatualizados, pouca desagregação espacial (bairros/distritos/áreas rurais) e lacunas relevantes em resíduos sólidos e drenagem urbana (mapas de risco, macro/microdrenagem, pontos críticos). Faltam, com frequência, inventários de ativos (ETA/EEAT/EEAB/EEE, reservação, redes por material/idade), linha de base consistente com o SNIS e com registros do prestador, além de indicadores operacionais (perdas, intermitência/pressão, qualidade da água, eficiência de ETE, atendimento rural e soluções individuais). Aspectos institucionais e financeiros (modelo de prestação, contratos, custos, fontes de recurso) e vulnerabilidades (eventos climáticos, licenciamento, áreas irregulares) aparecem de modo genérico, limitando a diagnosticabilidade para metas e programas. Recomenda-se atualizar o diagnóstico com séries recentes (SINISA/2023–2024 e bases locais), geo-referenciar cobertura e déficits (urbano+rural), incluir inventário técnico-financeiro, integrar indicadores padronizados (IAA/ICA/IAE/ICE e de eficiência), e explicitar gargalos e riscos por componente, criando a baseline verificável que sustenta metas, custos e priorização de ações.

| Programas e Ações: O PMSB estabelece programas, projetos e ações necessárias para atingir as metas? | |
|--|---|
| Deve haver identificação de fontes de financiamento para viabilizar as ações. | |
| MUNICÍPIO | ANÁLISE |
| ABRE CAMPO | Sim, presentes. Precisam atualização para novas metas NR08/NR09. |
| ACAIACA | Detalha ações para todos os sistemas, com fontes de financiamento propostas. |
| AIMORÉS | Estabelecidos para todos os eixos, porém fontes de financiamento pouco detalhadas |
| BRÁS PIRES | Programas, projetos e ações detalhados, com fontes de financiamento e priorização. |
| CARANAÍBA | O PMSB estabelece programas, ações e um plano de investimentos, porém, baseados em custos e diagnósticos de 2016. |
| CARANGOLA | Existem, mas faltam detalhamento de fontes de financiamento e atualização segundo as normas mais recentes |
| CHALÉ | Programas, projetos e ações detalhados para cada componente. |

| | |
|-------------------------|--|
| CONSELHEIRO PENA | Existência de programas, projetos, ações e hierarquização de áreas prioritárias; plano de investimentos com fontes de recursos, mas sem fundo municipal. |
| GOVERNADOR VALADARES | Detalhados, porém sem fundo específico |
| IPANEMA | Sim, detalhados para todos os componentes do saneamento |
| ITAMBACURI | Sim, definidos, mas fontes de financiamento genéricas |
| JAMPRUCA | Existem, mas não atualizados para novas exigências normativas, nem com fontes de financiamento detalhadas. |
| JECEABA | Precisa detalhar as fontes de financiamento das ações |
| JEQUERI | Detalha ações, responsáveis e possíveis fontes de financiamento |
| LAJINHA | Apresenta ações, programas e fontes de financiamento |
| LIMA DUARTE | Programas e ações definidos, fontes de financiamento citadas de forma geral |
| MANHUAÇU | Sim, detalhados. Inclui fontes de financiamento. |
| MANHUMIRIM | Adequado, mas ampliar detalhamento de financiamento e fundos |
| MARIANA | Programas estruturados com cronograma e fontes de financiamento |
| MURIAÉ | Detalhados para todos os componentes. |
| ORATÓRIOS | Ações e metas gerais definidas com fontes de financiamento indicadas. |
| PIRACEMA | Programas e ações definidos, fontes de recursos de forma geral |
| POCRANE | Programas e ações definidos |
| PONTE NOVA | SIM – Existem, mas metas e financiamentos precisam atualização |
| RAUL SOARES | Sim, mas fontes de financiamento vagas. Precisa detalhar fontes e viabilização financeira |
| RECREIO | Apresenta ações, programas e fontes de financiamento |
| REDUTO | Programas e ações descritos, mas financiamento pouco detalhado. |
| SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA | Sim – Programas, projetos e ações detalhados |
| SENADOR FIRMINO | Detalhamento de programas e projetos, com indicação de fontes de financiamento. |
| TAPARUBA | Programas e projetos previstos, com fontes de financiamento |
| TOCANTINS | Sim – Detalhados, com fontes de financiamento identificadas |
| TOMBOS | Inclui programas, projetos e estimativas de financiamento, mas com dados defasados. |

| | |
|---------------|--|
| VERMELHO NOVO | Existem programas, projetos e ações com indicação de fontes de financiamento |
| VIÇOSA | Detalhados com fontes de financiamento |

Os programas aparecem em graus diversos de maturidade: em alguns casos são catálogos de intenções sem cronograma, custo e responsável; noutros há hierarquização parcial, mas sem vínculo claro a fontes de financiamento. A boa prática é alinhar cada ação a metas anuais, fonte de recurso (fundo, LOA, convênios, tarifas, PAC etc.), custo estimado, critério de priorização e marco de entrega, permitindo gestão por resultados.

| Contingência e Emergência: O plano possui planos de contingência e emergência para situações imprevistas? | |
|--|---|
| Garante a continuidade dos serviços essenciais em casos críticos. | |
| MUNICÍPIO | ANÁLISE |
| ABRE CAMPO | Incluídos de forma geral. |
| ACAIACA | Ações detalhadas para todos os componentes do saneamento. |
| AIMORÉS | Plano não contempla ações ou planos de contingência |
| BRÁS PIRES | Não apresenta plano estruturado para situações de emergência. |
| CARANAÍBA | Não foi localizado um plano de contingência e emergência estruturado dentro dos documentos do PMSB. |
| CARANGOLA | Prevê ações de contingência para todos os eixos |
| CHALÉ | Planos específicos para todos os sistemas (água, esgoto, resíduos e drenagem). |
| CONSELHEIRO PENA | Não existem planos de contingência e emergência específicos para o setor. |
| GOVERNADOR VALADARES | Plano e anexo específicos |
| IPANEMA | Sim, ações previstas para todas as áreas |
| ITAMBACURI | Não foi encontrado |
| JAMPRUCA | Não possui plano estruturado de contingência e emergência. |
| JECEABA | Ausente nos documentos do PMSB |
| JEQUERI | Não existe plano específico |
| LAJINHA | SIM – Possui capítulo específico |
| LIMA DUARTE | Planos contemplados para todos os componentes |
| MANHUAÇU | Sim, diretrizes presentes – Prevê atuação emergencial. Precisa detalhamento operacional. |
| MANHUMIRIM | Planos detalhados para emergências em todos os eixos |
| MARIANA | Menção e recomendações, mas sem plano operacional detalhado |
| MURIAÉ | Documento específico detalha ações para emergências e contingências em todos os setores. |

| | |
|-------------------------|--|
| ORATÓRIOS | Previstos na metodologia, mas não elaborados ou incluídos nos produtos entregues. |
| PIRACEMA | Produto específico para emergências e contingências |
| POCRANE | Planos de contingência e emergência |
| PONTE NOVA | SIM – Possui capítulo específico |
| RAUL SOARES | Precisa elaborar planos específicos |
| RECREIO | Presentes para todos os componentes |
| REDUTO | Ausência total desse conteúdo no PMSB. |
| SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA | Sim – Planos contemplados para situações críticas |
| SENADOR FIRMINO | Diretrizes presentes, mas faltam planos específicos para diferentes tipos de emergência. |
| TAPARUBA | Rotinas e protocolos previstos |
| TOCANTINS | Sim – Planos e protocolos definidos em todos os eixos |
| TOMBOS | Diretrizes genéricas, sem plano municipal integrado e institucionalizado. |
| VERMELHO NOVO | Não existe plano estruturado/formal de contingência e emergência |
| VIÇOSA | Não identificado plano/documento específico |

Em geral, o tema é incipiente: há menções a “ações emergenciais”, porém sem planos operacionais para eventos críticos (estiagem, cheias, falhas energéticas, contaminação, colapso de ETA/EEE). Recomenda-se elaborar anexos de contingência com procedimentos, gatilhos, responsáveis, estoques, redundâncias e comunicação à população, integrando-os à defesa civil e aos prestadores.

| Avaliação Sistemática: O plano prevê mecanismos para avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas? | |
|---|--|
| Essencial para monitorar e ajustar as iniciativas para alcançar os resultados esperados. | |
| MUNICÍPIO | ANÁLISE |
| ABRE CAMPO | Prevista, mas sem rotina formalizada/documentada. |
| ACAIACA | Mecanismos de avaliação e monitoramento definidos no Produto 7 (SMIS). |
| AIMORÉS | Indicadores presentes, mas sem sistematização nem detalhamento de processos de avaliação |
| BRÁS PIRES | Monitoramento de indicadores sem detalhamento de avaliação sistemática das ações. |
| CARANAÍBA | O plano prevê mecanismos de avaliação, mas estes estão atrelados aos indicadores e metas desatualizados de 2016. |
| CARANGOLA | Prevê mecanismos de avaliação e revisão periódica |
| CHALÉ | Mecanismos e indicadores para monitoramento e revisões periódicas previstos. |
| CONSELHEIRO PENA | Prevê sistema de monitoramento e indicadores. |

| | |
|-------------------------|---|
| GOVERNADOR VALADARES | Sim, previsto monitoramento e avaliação |
| IPANEMA | Sim, mecanismo detalhado. |
| ITAMBACURI | Sim, mecanismo previsto |
| JAMPRUCA | Prevê monitoramento, mas falta detalhamento e institucionalização do sistema de avaliação. |
| JECEABA | Cita necessidade, mas sem metodologia clara |
| JEQUERI | Menciona monitoramento, mas não apresenta método regular ou revisão periódica |
| LAJINHA | Parcial (monitoramento previsto, mas sem detalhes) |
| LIMA DUARTE | Prevê monitoramento, mas sem metodologia detalhada ou cronograma sistemático |
| MANHUAÇU | Sim, previsto, revisão quadrienal e indicadores. Implementação precisa ser comprovada periodicamente. |
| MANHUMIRIM | Mecanismos previstos para avaliação com indicadores |
| MARIANA | Metodologia e indicadores definidos, precisa atualização para NR08/2024 |
| MURIAÉ | Procedimentos, indicadores e rotina de avaliação definidos. |
| ORATÓRIOS | Prevista de forma genérica, mas sem metodologia, indicadores ou responsáveis definidos. |
| PIRACEMA | Metodologia de monitoramento e revisão |
| POCRANE | Sistema de avaliação previsto |
| PONTE NOVA | SIM – Com previsão, porém sem cronograma e atualização obrigatória |
| RAUL SOARES | Existem indicadores; falta institucionalização e periodicidade |
| RECREIO | Prevê mecanismos de avaliação e monitoramento |
| REDUTO | Sistema de monitoramento previsto, mas sem métodos claros e periódicos. |
| SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA | Sim – Mecanismos de avaliação previstos |
| SENADOR FIRMINO | Prevê indicadores e sistema de informações, mas operacionalização é incipiente. |
| TAPARUBA | Mecanismos e indicadores previstos |
| TOCANTINS | Sim – Monitoramento anual e revisão quadrienal |
| TOMBOS | Prevê avaliação e monitoramento, mas sem detalhamento institucional ou periodicidade definida. |
| VERMELHO NOVO | Há indicadores e proposta de monitoramento, porém falta estrutura/formalização do processo |
| VIÇOSA | Relatório de acompanhamento detalhado (RASP) |

A avaliação costuma ser prevista, mas sem método: faltam periodicidade, responsáveis, instrumentos de coleta e critérios de julgamento (efetividade, eficiência, economicidade). Sem isso, o ciclo PDCA não

se fecha. É necessário formalizar rotinas anuais de avaliação, definindo indicadores de processo/resultado, relatórios públicos e como os achados retroalimentam a revisão do PMSB.

| Metas de Universalização (NR 8): O PMSB estabelece metas progressivas e anuais para os indicadores de universalização, visando atingir as metas finais até 31 de dezembro de 2033? | |
|--|---|
| <p>"As metas finais são: 99% para água e 90% para esgoto. O plano deve conter metas anuais para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - IAA (Índice de Atendimento de Água). - ICA (Índice de Cobertura de Água). - IAE (Índice de Atendimento de Esgoto) - ICE (Índice de Cobertura de Esgoto)." | |
| MUNICÍPIO | ANÁLISE |
| ABRE CAMPO | Não existem metas anuais/progressivas alinhadas à NR08/ANA até 2033. |
| ACAIACA | Não há metas anuais e progressivas até 2033; precisa revisão urgente para atender NR 08/2024. |
| AIMORÉS | Não há metas anuais/progressivas, nem atendimento aos percentuais exigidos até 2033 |
| BRÁS PIRES | Não define metas anuais, progressivas e específicas até 2033 conforme NR08/ANA. |
| CARANAÍBA | O PMSB não estabelece as metas progressivas e anuais para os indicadores IAA, ICA, IAE e ICE, visando as metas de 99% para água e 90% para esgoto até 2033. |
| CARANGOLA | Não há metas anuais, específicas, progressivas e alinhadas ao marco legal/NR08/2024 |
| CHALÉ | Metas finais e intermediárias presentes, mas sem discriminação anual detalhada até 2033. |
| CONSELHEIRO PENA | Metas gerais de universalização, mas não detalhadas de forma progressiva e anual até 2033 nem nos índices exigidos pela NR08. |
| GOVERNADOR VALADARES | Não há metas anuais/progressivas até 2033 (O contrato de concessão possui metas, mas há necessidade de melhoria) |
| IPANEMA | Não atende: faltam metas anuais/progressivas alinhadas a 2033 |
| ITAMBACURI | Não há metas anuais/progressivas |
| JAMPRUCA | Metas não anuais, nem progressivas; ausência de metas NR08/ANA até 2033. |
| JECEABA | Não há metas anuais, nem detalhamento de IAA, ICA, IAE, ICE |
| JEQUERI | Metas gerais, sem detalhamento progressivo/anuais conforme NR08 |
| LAJINHA | Não há metas anuais/progressivas/NR08) |

| | |
|-------------------------|--|
| LIMA DUARTE | Não há metas anuais/progressivas (IAA, ICA, IAE, ICE) conforme NR08/ANA |
| MANHUAÇU | Sim, definidas – Metas anuais/progressivas até 2033 (99% água / 90% esgoto). |
| MANHUMIRIM | Metas gerais, plurianuais, sem detalhamento anual e indicadores específicos NR8 |
| MARIANA | Não há metas anuais/progressivas até 2033, nem indicadores NR08 |
| MURIAÉ | Não há metas anuais/progressivas discriminadas até 2033 para IAA, ICA, IAE, ICE. |
| ORATÓRIOS | Ausentes metas anuais progressivas específicas (IAA, ICA, IAE, ICE) conforme exige a NR 8. |
| PIRACEMA | Metas gerais, sem detalhamento anual/progressivo/percentuais finais NR08 |
| POCRANE | NÃO ATENDE (Necessita revisão e detalhamento anual/progressivo dos indicadores) |
| PONTE NOVA | NÃO – Não atende aos critérios e detalhamento exigidos |
| RAUL SOARES | Não há metas anuais/progressivas conforme NR08 |
| RECREIO | Faltam metas anuais/progressivas/indicadores NR08 |
| REDUTO | Metas gerais, sem progressividade e sem detalhamento anual. |
| SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA | Parcial – Metas de universalização existem, mas não anuais nem explicitamente progressivas até 2033 |
| SENADOR FIRMINO | Não possui metas anuais/progressivas, nem utiliza os indicadores NR08 (IAA, ICA, IAE, ICE) até 2033. |
| TAPARUBA | Metas não são anuais/progressivas nem aderentes à NR08/24 |
| TOCANTINS | Sim – Metas anuais e progressivas até 2033 |
| TOMBOS | Não há metas anuais/progressivas até 2033 para IAA, ICA, IAE e ICE conforme NR08. |
| VERMELHO NOVO | Não há metas progressivas/atuais até 2033 para os índices obrigatórios |
| VIÇOSA | Não há metas anuais/progressivas para IAA, ICA, IAE, ICE até 2033 |

A tabela evidencia aderência parcial: em muitos PMSBs as metas não são anuais nem progressivas até 31/12/2033, e os percentuais finais (água 99% / esgoto 90%) não estão explícitos por município. Quando existem, carecem de linha de base e de ligação com programas/financiamento. Municípios devem reescrever o capítulo de metas no formato NR-08/2024, com anualização, baseline, marcos e critérios de aferição.

Metas de Qualidade e Eficiência (NR 9): O PMSB estabelece metas progressivas e anuais para os demais indicadores operacionais de Nível I?

"Os indicadores de Nível I também devem ser incluídos. Os indicadores são:

- Índice de perdas de água na distribuição por ligação.
- Índice de análises de coliformes totais da água.
- Índice de análises de DBO do esgoto tratado.
- Índice de intermitência do serviço de água.
- Índice de intermitência do serviço de esgoto."

| MUNICÍPIO | ANÁLISE |
|----------------------|---|
| ABRE CAMPO | Não existem metas anuais/progressivas para indicadores operacionais de Nível I. |
| ACAIACA | Não há metas anuais para indicadores de Nível I; apenas monitoramento. |
| AIMORÉS | Não contempla metas para indicadores de perdas, qualidade da água, intermitência, etc. |
| BRÁS PIRES | Não define metas anuais e progressivas para indicadores de Nível I conforme NR09/ANA. |
| CARANAÍBA | Não atende. O PMSB não estabelece metas anuais para os indicadores de Nível I da NR 9 (perdas, qualidade da água e do efluente, intermitência). |
| CARANGOLA | Não há metas anuais/progressivas para todos os indicadores operacionais de Nível I da NR09/2024 |
| CHALÉ | Não há metas anuais, progressivas e específicas para todos os indicadores de nível I. |
| CONSELHEIRO PENA | Não detalha metas anuais para indicadores de Nível I (NR09). |
| GOVERNADOR VALADARES | Não há metas para indicadores de Nível I (O contrato de concessão possui as metas de qualidade) |
| IPANEMA | Não atende: faltam metas anuais/progressivas para indicadores de Nível I |
| ITAMBACURI | Não há metas detalhadas. |
| JAMPRUCA | Não existem metas anuais, específicas e progressivas para os indicadores operacionais de nível I. |
| JECEABA | Não há metas anuais para perdas, coliformes, DBO, intermitências |
| JEQUERI | Indicadores citados, mas sem metas detalhadas e anuais conforme NR09 |
| LAJINHA | Não há metas anuais/progressivas para indicadores de Nível I |
| LIMA DUARTE | Não há metas anuais/progressivas para indicadores de Nível I |
| MANHUAÇU | Parcialmente – Indicadores previstos, porém metas podem não detalhar todos os anos/indicadores conforme exigência da NR09. |
| MANHUMIRIM | Indicadores citados, sem metas anuais e progressivas conforme NR9 |

| | |
|-------------------------|---|
| MARIANA | Metas de referência existem, mas não anuais, nem para todos os indicadores NR09 |
| MURIAÉ | Indicadores presentes, mas não há metas anuais/progressivas por indicador. |
| ORATÓRIOS | Não há metas para indicadores operacionais de Nível I exigidos pela NR 9. |
| PIRACEMA | Não detalhadas nem anuais para todos os indicadores Nível I da NR9 |
| POCRANE | NÃO ATENDE (Necessita detalhamento anual dos indicadores operacionais de Nível I) |
| PONTE NOVA | Não há metas anuais/progressivas para indicadores de Nível I |
| RAUL SOARES | Não há metas anuais/progressivas para indicadores de Nível I |
| RECREIO | Não há metas anuais/progressivas para indicadores de Nível I |
| REDUTO | Não há metas anuais para indicadores de Nível I. |
| SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA | Parcial – Referências gerais, sem detalhamento anual/tabulado para todos indicadores |
| SENADOR FIRMINO | Não há metas anuais/progressivas para os indicadores operacionais de Nível I (NR09). |
| TAPARUBA | Metas não anuais/progressivas para indicadores de Nível I |
| TOCANTINS | Sim – Metas anuais e progressivas para todos indicadores de Nível I |
| TOMBOS | Não apresenta metas detalhadas para indicadores de Nível I (perdas, coliformes, DBO, intermitência etc.). |
| VERMELHO NOVO | Indicadores listados, mas sem metas anuais/progressivas |
| VIÇOSA | Não há metas anuais/progressivas para indicadores de perdas, coliformes, DBO, intermitência etc. |

As metas de qualidade/eficiência são raras ou genéricas; faltam padrões operacionais (intermitência, pressão, perdas, conformidade de ETE/ETA, resposta a reclamações) com trajetória anual e método de medição. É recomendável incorporar o cardápio de metas da NR-09, vinculando-as a ações (redução de perdas, reabilitação de redes, automação) e a indicadores auditáveis.

| | |
|--|--|
| Características das Metas: As metas definidas são anuais, específicas, progressivas, exequíveis, mensuráveis e comparáveis? | |
| As metas devem ser definidas para cada município e evitar dúvidas quanto ao seu cumprimento. | |
| MUNICÍPIO | ANÁLISE |
| ABRE CAMPO | Não atendem os critérios da NR08/NR09. |

| | |
|----------------------|---|
| ACAIACA | Metas pouco específicas, não anuais nem totalmente mensuráveis/comparáveis. |
| AIMORÉS | Metas gerais, sem detalhamento adequado |
| BRÁS PIRES | Metas não são anuais, mensuráveis e comparáveis. |
| CARANAÍBA | As metas atuais são genéricas e de longo prazo, não sendo anuais, específicas, progressivas, mensuráveis ou comparáveis como exige a nova legislação. |
| CARANGOLA | Metas não são anuais, específicas e mensuráveis segundo as exigências atuais |
| CHALÉ | Metas específicas e mensuráveis, mas não anuais (apenas intermediárias). |
| CONSELHEIRO PENA | Metas não são anuais, específicas e mensuráveis para todos os indicadores. |
| GOVERNADOR VALADARES | Não há metas anuais, específicas e mensuráveis para todos os indicadores. |
| IPANEMA | Não atende: metas não são anuais, específicas nem mensuráveis conforme novo padrão |
| ITAMBACURI | Não, metas apenas agregadas |
| JAMPRUCA | Metas não são anuais, mensuráveis ou comparáveis. |
| JECEABA | Metas gerais, não anuais/progressivas/objetivas |
| JEQUERI | Metas não estruturadas de forma anual, específica e mensurável |
| LAJINHA | Não há metas anuais, específicas e mensuráveis para todos os indicadores. |
| LIMA DUARTE | Metas não são anuais, mensuráveis ou detalhadas por localidade |
| MANHUAÇU | Sim, com pequenas lacunas – Metas anuais, específicas, progressivas, mensuráveis e exequíveis. |
| MANHUMIRIM | Metas não anuais, específicas, mensuráveis e comparáveis |
| MARIANA | Específicas e mensuráveis, mas não anuais/progressivas |
| MURIAÉ | Metas não são anuais, específicas ou mensuráveis conforme NR 08/09. |
| ORATÓRIOS | Metas não são anuais, mensuráveis, específicas ou comparáveis. |
| PIRACEMA | Metas não são anuais, específicas e mensuráveis como exige NR08/NR09 |
| POCRANE | Não anualizadas nem mensuráveis |
| PONTE NOVA | NÃO – Não são anuais, progressivas, específicas ou comparáveis |
| RAUL SOARES | Não são anuais, específicas, progressivas nem comparáveis |
| RECREIO | Não são anuais, mensuráveis, comparáveis e específicas |

| | |
|-------------------------|--|
| REDUTO | Falta de metas anuais, progressivas, específicas e mensuráveis. |
| SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA | Parcial – Metas gerais, mas faltam detalhes anuais e comparabilidade |
| SENADOR FIRMINO | Metas gerais, não anuais, pouco mensuráveis ou específicas. |
| TAPARUBA | Não detalhadas em cronograma anual |
| TOCANTINS | Sim – Anuais, específicas, exequíveis e mensuráveis |
| TOMBOS | Metas genéricas, sem desdobramento anual, quantitativo ou comparativo. |
| VERMELHO NOVO | Metas são gerais, não são anuais, específicas ou mensuráveis |
| VIÇOSA | Metas majoritariamente genéricas, sem detalhamento anual/progressivo |

Em muitos municípios faltam anualização e progressividade clara até 31/12/2033; a especificidade costuma aparecer como percentuais genéricos de “ampliar atendimento”, sem discriminar serviço, público-alvo, localidade e marco temporal; a exequibilidade raramente está vinculada a custos, fontes de financiamento e capacidade de execução do prestador; a mensurabilidade carece de linha de base (baseline), definição de método de cálculo e fontes de dados; e a comparabilidade fica comprometida pela ausência de indicadores padronizados (IAA/ICA/IAE/ICE) com fórmulas e periodicidade. Recomenda-se reescrever as metas no formato NR-08, tornando-as anuais e progressivas, com baseline e percentuais finais explícitos, vinculando cada meta a programas/ações, responsáveis, custo e fonte de recurso, e anexando a metodologia de aferição (fórmula, variáveis, data-corte, sistema de dados) para garantir mensuração e comparação entre anos e entre municípios.

| Abrangência Territorial Total: As metas e o diagnóstico do PMSB abrangem todo o território municipal, incluindo áreas urbanas e rurais? | |
|--|--|
| A avaliação deve ser feita para o município como um todo, mesmo em casos de prestação regionalizada. | |
| MUNICÍPIO | ANÁLISE |
| ABRE CAMPO | Sim, plano é municipal e cobre zona urbana e rural. |
| ACAIACA | Abrange áreas urbanas e rurais, soluções alternativas consideradas. |
| AIMORÉS | Diagnóstico e metas abrangem município (urbano e rural) |
| BRÁS PIRES | Abrange sede urbana e rural. |
| CARANAÍBA | O diagnóstico original abrangeu áreas urbanas e rurais. |
| CARANGOLA | Diagnóstico e metas abrangem todo o município (urbano e rural) |
| CHALÉ | Abrange sede, distritos, localidades e zona rural. |
| CONSELHEIRO PENA | Abrange todo o território municipal, incluindo áreas urbanas e rurais. |

| | |
|-------------------------|---|
| GOVERNADOR VALADARES | Plano abrange áreas urbanas e rurais |
| IPANEMA | Abrange áreas urbanas e rurais. |
| ITAMBACURI | Plano abrange áreas urbanas e rurais |
| JAMPRUCA | Diagnóstico abrange todo o território, mas metas detalhadas concentram-se na zona urbana. |
| JECEABA | Diagnóstico e metas abrangem todo o município |
| JEQUERI | Abrange áreas urbanas e rurais/distritos |
| LAJINHA | Abrange áreas urbanas e rurais. |
| LIMA DUARTE | Abrange áreas urbanas e rurais no diagnóstico, mas metas não detalhadas por território/ano |
| MANHUAÇU | Sim – Diagnóstico e metas para todo o território (urbano e rural, distritos/localidades). |
| MANHUMIRIM | Adequado, mas metas rurais precisam de detalhamento |
| MARIANA | Diagnóstico e metas para áreas urbanas e rurais |
| MURIAÉ | Diagnóstico e propostas abrangem todo o território municipal (urbano e rural). |
| ORATÓRIOS | Diagnóstico inclui todo território, mas metas e ações não são desagregadas por zona (urbana/rural). |
| PIRACEMA | Plano abrange áreas urbanas e rurais |
| POCRANE | Abrange áreas urbanas e rurais. |
| PONTE NOVA | SIM – Diagnóstico abrange urbano/rural, metas não detalhadas |
| RAUL SOARES | Abrange sede, distritos, zona rural |
| RECREIO | Abrange todo território (urbano e rural) |
| REDUTO | Abrange todo território, mas metas não são detalhadas por área. |
| SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA | Sim – Diagnóstico e metas abrangem todo o município |
| SENADOR FIRMINO | Abrange áreas urbanas e rurais. |
| TAPARUBA | Abrange todo território (urbano e rural) |
| TOCANTINS | Diagnóstico e metas contemplam áreas urbanas e rurais |
| TOMBOS | Diagnóstico abrange todo o território, mas metas/ações não são detalhadas por área. |
| VERMELHO NOVO | Diagnóstico e ações contemplam sede e zona rural |
| VIÇOSA | Diagnóstico e metas contemplam áreas urbanas e rurais |

A cobertura territorial é incompleta em muitos PMSBs: metas e diagnóstico frequentemente se concentram na sede urbana, com baixa granularidade para distritos, povoados, zonas rurais dispersas e áreas periurbanas irregulares; soluções descentralizadas (poços, fossas, wetlands, fossa-filtro-sumidouro) quase não entram no cálculo de cobertura/qualidade e não há série histórica para monitorar sua segurança. Sem mapas temáticos (rede, pressão/intermitência, perdas, ETE/ETEs, pontos de alagamento, rotas de coleta de RSU), linhas de base por localidade e metas segmentadas, a

comparabilidade e a priorização ficam prejudicadas. Recomenda-se explicitar o território integral (sede, distritos e rural), com georreferenciamento dos ativos e déficits, baseline e metas anuais por localidade, inclusão de soluções individuais/coletivas simplificadas no diagnóstico (com critérios de qualidade e fiscalização), e vincular programas e financiamento à hierarquização territorial de riscos (saúde, qualidade da água, vulnerabilidade a cheias/estiagem), assegurando que o monitoramento publique painéis por localidade e datas-corte padronizadas.

| Contabilização de Soluções Alternativas: O plano considera e contabiliza as soluções alternativas (individuais ou coletivas) de água e esgoto em locais onde não há rede pública disponível? | |
|---|--|
| Estas soluções só podem ser consideradas se forem definidas como "adequadas" em norma da Entidade Reguladora Infranacional (ERI). | |
| MUNICÍPIO | ANÁLISE |
| ABRE CAMPO | Levantadas, mas não incorporadas nos indicadores conforme critérios de adequação da NR08. |
| ACAIACA | Soluções alternativas descritas, mas falta validação formal por entidade reguladora infranacional (ERI). |
| AIMORÉS | Não há contabilização ou detalhamento das soluções alternativas conforme NR08/2024 |
| BRÁS PIRES | Considera soluções, mas sem critérios da ERI nem metodologia clara para indicadores. |
| CARANAÍBA | O plano considera soluções alternativas, mas não as classifica segundo critérios de "adequação" definidos pela Agência Reguladora Infranacional (ERI). |
| CARANGOLA | Soluções alternativas são contabilizadas, mas não é verificada a “adequação” conforme norma da Entidade Reguladora |
| CHALÉ | Soluções alternativas contabilizadas, mas sem menção à norma da ERI que as define como adequadas. |
| CONSELHEIRO PENA | Reconhece soluções alternativas, mas sem detalhamento e critérios de contabilização conforme exigência atual. |
| GOVERNADOR VALADARES | Não detalhado/conformidade com ERI ausente |
| IPANEMA | Sim, mapeamento feito, mas falta classificação “adequada” conforme nova exigência da ERI |
| ITAMBACURI | Parcial (menção genérica, sem critérios) |
| JAMPRUCA | Soluções alternativas identificadas, mas sem critério de adequação nem contabilização conforme NR08. |
| JECEABA | Menciona alternativas, mas não detalha critérios de adequação e não apresenta inventário |
| JEQUERI | Soluções alternativas citadas, mas sem verificação normativa de adequação |
| LAJINHA | Parcial (considera, mas não define critério de “adequação”) |

| | |
|-------------------------|--|
| LIMA DUARTE | Reconhece existência, mas não classifica nem contabiliza conforme padrão ERI/NR08 |
| MANHUAÇU | Sim – Soluções alternativas identificadas e contabilizadas, respeitando norma ERI. |
| MANHUMIRIM | Adequar formalização e contabilização conforme normas ERI |
| MARIANA | Diagnóstico contempla, mas não avalia adequação segundo norma ERI |
| MURIAÉ | Menciona alternativas, mas sem critério de adequação/norma da ERI. |
| ORATÓRIOS | Soluções como poços e fossas são citadas, mas não consideradas adequadas nem integradas às metas. |
| PIRACEMA | Citadas, mas sem validação ou detalhamento conforme normas ERI/ANA |
| POCRANE | PARCIAL (Necessita ajuste para seguir apenas as alternativas “adequadas” ERI) |
| PONTE NOVA | PARCIAL – Considera, mas não conforme critérios ERI/NR08 |
| RAUL SOARES | Não integra nos índices oficiais, nem valida como "adequada" via ERI |
| RECREIO | Descreve, mas não integra aos indicadores globais/NR08/NR09 |
| REDUTO | Reconhece existência, mas não contabiliza conforme norma ERI. |
| SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA | Parcial – Mapeamento existe, mas não há validação por norma da ERI |
| SENADOR FIRMINO | Reconhece soluções alternativas, mas falta definição de adequação conforme norma da ERI e monitoramento sistemático. |
| TAPARUBA | Precisa apenas ajuste à definição futura da ERI |
| TOCANTINS | Sim – Diagnóstico detalhado, contabilização condicionada à regulamentação da ERI |
| TOMBOS | Relata existência, mas não contabiliza sistematicamente nem classifica segundo normas da ERI/ANA. |
| VERMELHO NOVO | Menciona alternativas, mas sem detalhamento conforme exigido pelas normas atuais |
| VIÇOSA | Soluções reconhecidas, mas sem critérios técnicos definidos pela ERI |

A maioria dos PMSBs não incorpora de forma sistemática as soluções alternativas — poços e microssistemas, cisternas, carros-pipa, fossa-filtro-sumidouro, fossas sépticas com inspeção, biodigestores, wetlands construídos, ETE compactas, redes condominiais e arranjos descentralizados/comunitários — no diagnóstico, na linha de base e nas metas. Quando citadas, costumam aparecer como notas qualitativas, sem quantificação de domicílios/usuários, padrões de qualidade, periodicidade de manutenção, custo e responsáveis; raramente entram nos indicadores de

acesso (IAA/ICA/IAE/ICE) e quase nunca têm método de aferição e trilha de auditoria. Recomenda-se mapear e georreferenciar todas as soluções alternativas (urbano e rural), quantificar cobertura por tipo de solução, definir critérios mínimos de segurança sanitária (cloração, impermeabilização, distâncias de poços/fossas, inspeções), explicitar rotinas de operação e manutenção (com responsáveis e financiamento) e integrar essas soluções às metas anuais e aos indicadores padronizados, com datas-corte e fontes (SINISA/local) para garantir mensurabilidade, comparabilidade e priorização de investimentos onde a expansão de rede é economicamente inviável no curto prazo.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A avaliação evidenciou lacunas estruturais em parte dos PMSBs: ausência ou fragilidade do ato formal de aprovação; desatualização de versões com mais de uma década sem revisão; metas de universalização pouco claras, não anualizadas e, muitas vezes, sem explicitar os percentuais finais exigidos até 31/12/2033; e adoção incompleta dos indicadores de acesso (IAA, ICA, IAE, ICE), geralmente sem o devido detalhamento metodológico de fórmulas, variáveis e fontes. Também se observou heterogeneidade na governança do monitoramento: há casos com previsão de avaliação, porém sem ciclo, responsáveis e prazos definidos, além de menções a financiamento e contingência que carecem de amarração operacional.

Diante disso, recomenda-se: atualizar e/ou revisar os PMSBs desatualizados ou sem comprovação adequada de aprovação, priorizando os casos críticos; reformular o capítulo de metas para aderir integralmente à NR-08/2024, com metas anuais e progressivas por município até 2033 e percentuais finais explicitados para água e esgoto; padronizar os indicadores de acesso com descrição completa de cálculo (fórmulas, variáveis, bases de dados e periodicidade), assegurando mensuração e comparabilidade; e instituir um plano de monitoramento e avaliação com rotinas anuais, instâncias e responsabilidades claras, janelas de revisão periódica (por exemplo, quadrienal), fontes de financiamento vinculadas e planos de contingência acionáveis.